

DPE-BA

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA BAHIA

Comum a todas as
áreas de Analista Técnico:
Direito, Administração, Ciências contábeis,
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de
Sistemas, Tecnologia em Redes de Computadores,
Jornalismo, Design, Produção Audiovisual,
Engenharia Civil, Arquitetura, Engenharia Elétrica,
Pedagogia e Comunicação Social

EDITAL
Nº 001/2022

CÓD: SL-069DZ-22
7908433230922

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos informativos de variada tipologia, extraídos de livros e periódicos contemporâneos — textos verbais, mistos (verbais e não verbais). Elementos circunstanciais e suas modalidades. Palavras de conexão intervocabular e interoracional e suas relações no contexto, como articuladores, conectores e operadores argumentativos	7
2. Classes de palavras e suas flexões nominais e verbais. Emprego das classes gramaticais nominais e verbais; uso dos tempos e modos verbais	20
3. Coesão e coerência	24
4. Sintaxe de concordância, de regência e de colocação	24
5. Crase	26
6. Frase, oração e período. Frase nominal e verbal. Elementos constituintes da oração e suas funções morfossintáticas. Processo de coordenação: paralelismo de construção; relação de parataxe. Processo de subordinação: suas relações de dependência e de interdependência; relação de hipotaxe. Orações coordenadas e subordinadas (desenvolvidas e reduzidas)	26
7. Semântica: denotação, conotação, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiponímia e hiperonímia	29
8. Figuras de linguagem	30
9. Níveis de linguagem	33
10. Funções da linguagem	33
11. Formas de discurso	34
12. Pontuação: seus recursos expressivos e sintático-semânticos	36
13. Formação de palavras: processos	38
14. Ortografia	39
15. Acentuação gráfica	42

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Problemas envolvendo equações de 1º e 2º grau	49
2. Geometria	53
3. Razão e Proporção	60
4. Regra de Três	62
5. Porcentagem	63
6. Sequências e Progressões aritméticas e geométricas	64
7. Contagem, Combinação, Arranjo e Permutação. Princípios da análise combinatória	65
8. Proposição: conectivo lógico, valor lógico, proposição composta, negação de proposições, proposições logicamente equivalentes, tabelas-verdade. Tautologia. Contradição. Contingência. Estruturas lógicas: lógica de argumentação; Implicações lógicas	68
9. Teoria dos conjuntos e Operação com conjuntos	91

Legislação, Organização e Princípios Institucionais da Defensoria Pública

1. A Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual.	95
2. Das disposições gerais e das atribuições institucionais da Defensoria Pública. Da organização da Defensoria Pública. Atribuições e prerrogativas dos Defensores Públicos. A Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Dos direitos, das garantias e das prerrogativas do Defensor Público. Dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade.	98
3. Do processo administrativo disciplinar.	116
4. Autonomia funcional e o poder de requisição do Defensor Público.	119
5. Assistência jurídica integral, assistência judiciária e gratuidade judiciária: conceituação e operacionalização.	119
6. Direito à assistência jurídica pública. Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita.	120
7. Lei Nacional nº 1060/50.	128
8. Presunção da hipossuficiência.	129
9. A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas.	129
10. A Autonomia funcional do Defensor Público.	129
11. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções.	129
12. Lei Complementar Federal nº 80/94. Lei Complementar Estadual nº 26/2006 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia).	129
13. Lei Complementar Estadual 45/2018.	169
14. Emendas Constitucionais Federais nº 41/03, 45/04 e 80/14.	177
15. Emenda Constitucional Estadual 11/05.	185

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferen-

tes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoológicos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoológicos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exem-

plo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Começaremos com a eliminação do número 12. Como ele está somando, vamos subtrair o número 12 nos dois membros da equação:

$$\begin{aligned} 3x + 12 - 12 &= 27 - 12 \\ 3x &= 15 \end{aligned}$$

Para finalizar, o número 3 que está multiplicando a incógnita será dividido por 3 nos dois membros da equação:

$$\frac{3x}{3} = \frac{15}{3}$$

$$x = 5$$

Sistema do 1º grau

Um sistema de equação de 1º grau com duas incógnitas é formado por: duas equações de 1º grau com duas incógnitas diferentes em cada equação. Veja um exemplo:

$$\begin{cases} x + y = 20 \\ 3x + 4y = 72 \end{cases}$$

• Resolução de sistemas

Existem dois métodos de resolução dos sistemas. Vejamos:

• Método da substituição

Consiste em escolher uma das duas equações, isolar uma das incógnitas e substituir na outra equação, veja como:

Dado o sistema $\begin{cases} x + y = 20 \\ 3x + 4y = 72 \end{cases}$, enumeramos as equações.

$$\begin{cases} x + y = 20 & \text{1} \\ 3x + 4y = 72 & \text{2} \end{cases}$$

Escolhemos a equação 1 (pelo valor da incógnita de x ser 1) e isolamos x. Teremos: $x = 20 - y$ e substituímos na equação 2.

$3(20 - y) + 4y = 72$, com isso teremos apenas 1 incógnita. Resolvendo:

$$60 - 3y + 4y = 72 \rightarrow -3y + 4y = 72 - 60 \rightarrow y = 12$$

Para descobrir o valor de x basta substituir 12 na equação $x = 20 - y$. Logo:

$$x = 20 - y \rightarrow x = 20 - 12 \rightarrow x = 8$$

Portanto, a solução do sistema é $S = (8, 12)$

Método da adição

Esse método consiste em adicionar as duas equações de tal forma que a soma de uma das incógnitas seja zero. Para que isso aconteça será preciso que multipliquemos algumas vezes as duas equações ou apenas uma equação por números inteiros para que a soma de uma das incógnitas seja zero.

Dado o sistema $\begin{cases} x + y = 20 \\ 3x + 4y = 72 \end{cases}$

Para adicionarmos as duas equações e a soma de uma das incógnitas de zero, teremos que multiplicar a primeira equação por -3.

$$\begin{cases} x + y = 20 & (-3) \\ 3x + 4y = 72 \end{cases}$$

Teremos:

$$\begin{cases} -3x - 3y = -60 \\ 3x + 4y = 72 \end{cases}$$

Adicionando as duas equações:

$$\begin{aligned} & \cdot 3x - 3y = \cdot -60 \\ + & \quad 3x + 4y = 72 \\ & \quad \quad y = 12 \end{aligned}$$

Para descobrirmos o valor de x basta escolher uma das duas equações e substituir o valor de y encontrado:

$$x + y = 20 \rightarrow x + 12 = 20 \rightarrow x = 20 - 12 \rightarrow x = 8$$

Portanto, a solução desse sistema é: $S = (8, 12)$.

Exemplos:

(SABESP – APRENDIZ – FCC) Em uma gincana entre as três equipes de uma escola (amarela, vermelha e branca), foram arrecadados 1 040 quilogramas de alimentos. A equipe amarela arrecadou 50 quilogramas a mais que a equipe vermelha e esta arrecadou 30 quilogramas a menos que a equipe branca. A quantidade de alimentos arrecadada pela equipe vencedora foi, em quilogramas, igual a

- (A) 310
- (B) 320
- (C) 330
- (D) 350
- (E) 370

Resolução:

Amarela: x
Vermelha: y
Branca: z
 $x = y + 50$
 $y = z - 30$
 $z = y + 30$

$$\begin{cases} x + y + z = 1040 \\ x = y + 50 \\ z = y + 30 \end{cases}$$

Substituindo a II e a III equação na I:

$$\begin{aligned} y + 50 + y + y + 30 &= 1040 \\ 3y &= 1040 - 80 \\ y &= 320 \end{aligned}$$

Substituindo na equação II

$$x = 320 + 50 = 370$$

$$z = 320 + 30 = 350$$

A equipe que mais arrecadou foi a amarela com 370kg

Resposta: E

(SABESP – ANALISTA DE GESTÃO I -CONTABILIDADE – FCC) Em um campeonato de futebol, as equipes recebem, em cada jogo, três pontos por vitória, um ponto em caso de empate e nenhum ponto se forem derrotadas. Após disputar 30 partidas, uma das equipes desse campeonato havia perdido apenas dois jogos e acumulado 58 pontos. O número de vitórias que essa equipe conquistou, nessas 30 partidas, é igual a

- (A) 12
- (B) 14
- (C) 16
- (D) 13
- (E) 15

Resolução:

Vitórias: x

Empate: y

Derrotas: 2

Pelo método da adição temos:

$$\begin{cases} x + y + 2 = 30. (-1) \\ 3x + y = 58 \end{cases}$$

$$\begin{cases} -x - y = -28 \\ 3x + y = 58 \end{cases}$$

$$2x = 30x = 15$$

Resposta: E

Sistema do 2º grau

Utilizamos o mesmo princípio da resolução dos sistemas de 1º grau, por adição, substituições, etc. A diferença é que teremos como solução um sistema de pares ordenados.

Sequência prática

- Estabelecer o sistema de equações que traduzam o problema para a linguagem matemática;
- Resolver o sistema de equações;
- Interpretar as raízes encontradas, verificando se são compatíveis com os dados do problema.

Exemplos:

(CPTM - MÉDICO DO TRABALHO – MAKIYAMA) Sabe-se que o produto da idade de Miguel pela idade de Lucas é 500. Miguel é 5 anos mais velho que Lucas. Qual a soma das idades de Miguel e Lucas?

- (A) 40.
- (B) 55.
- (C) 65.
- (D) 50.
- (E) 45.

Resolução:

Seja Miguel **M** e Lucas **L**:

$$M \cdot L = 500 \text{ (I)}$$

$$M = L + 5 \text{ (II)}$$

substituindo II em I, temos:

$$(L + 5) \cdot L = 500$$

$$L^2 + 5L - 500 = 0, a = 1, b = 5 \text{ e } c = -500$$

$$\Delta = b^2 - 4 \cdot a \cdot c$$

$$\Delta = 5^2 - 4 \cdot 1 \cdot (-500)$$

$$\Delta = 25 + 2000$$

$$\Delta = 2025$$

$$x = (-b \pm \sqrt{\Delta})/2a$$

$$x' = (-5 + 45) / 2.1 \rightarrow x' = 40/2 \rightarrow x' = 20$$

$$x'' = (-5 - 45) / 2.1 \rightarrow x'' = -50/2 \rightarrow x'' = -25 \text{ (não serve)}$$

$$\text{Então } L = 20$$

$$M \cdot 20 = 500$$

$$m = 500 : 20 = 25$$

$$M + L = 25 + 20 = 45$$

Resposta: E

(TJ- FAURGS) Se a soma de dois números é igual a 10 e o seu produto é igual a 20, a soma de seus quadrados é igual a:

- (A) 30
- (B) 40
- (C) 50
- (D) 60
- (E) 80

Resolução:

$$\begin{cases} x + y = 10 \\ x \cdot y = 20 \end{cases}$$

Eu quero saber a soma de seus quadrados $x^2 + y^2$

Vamos elevar o x + y ao quadrado:

$$(x + y)^2 = (10)^2$$

$$x^2 + 2xy + y^2 = 100, \text{ como } x \cdot y = 20 \text{ substituímos o valor :}$$

$$x^2 + 2 \cdot 20 + y^2 = 100$$

$$x^2 + 40 + y^2 = 100$$

$$x^2 + y^2 = 100 - 40$$

$$x^2 + y^2 = 60$$

Resposta: D

EQUAÇÃO DO 2º GRAU

Toda equação que puder ser escrita na forma $ax^2 + bx + c = 0$ será chamada equação do segundo grau². O único detalhe é que a, b e c devem ser números reais, e a não pode ser igual a zero em hipótese alguma.

Uma equação é uma expressão que relaciona números conhecidos (chamados coeficientes) a números desconhecidos (chamados incógnitas), por meio de uma igualdade. Resolver uma equação é usar as propriedades dessa igualdade para descobrir o valor numérico desses números desconhecidos. Como eles são representados pela letra x, podemos dizer que resolver uma equação é encontrar os valores que x pode assumir, fazendo com que a igualdade seja verdadeira.

— Como resolver equações do 2º grau?

Conhecemos como soluções ou raízes da equação $ax^2 + bx + c = 0$ os valores de x que fazem com que essa equação seja verdadeira³. Uma equação do 2º grau pode ter no máximo dois números reais que sejam raízes dela. Para resolver equações do 2º grau completas, existem dois métodos mais comuns:

- Fórmula de Bhaskara;
- Soma e produto.

O primeiro método é bastante mecânico, o que faz com que muitos o prefiram. Já para utilizar o segundo, é necessário o conhecimento de múltiplos e divisores. Além disso, quando as soluções da equação são números quebrados, soma e produto não é uma alternativa boa.

2 <https://escolakids.uol.com.br/matematica/equacoes-segundo-grau.htm#:~:text=Toda%20equa%C3%A7%C3%A3o%20que%20puder%20ser,a%20zero%20em%20hip%C3%B3tese%20alguma.>

3 <https://www.preparaenem.com/matematica/equacao-do-2-grau.htm>

A Defensoria Pública no sistema constitucional de Justiça

Defensoria Pública conforme preceitua o art. 1º, da Lei Complementar nº. 80/1994 “é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma da lei”.

A referida lei cuida da organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, indicando, ainda, normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

De acordo com a Lei Complementar nº. 80/1994, a Defensoria Pública é una e indivisível, pois abarca tanto a União, os Estados e os Municípios, que devem trabalhar de maneira a integrar e colaborar para o principal fim, ou seja, a garantia do acesso à justiça a quem dela não podem suportar os ônus.

Conforme art. 5º do referido diploma legal, observa-se, *in verbis*:

Art. 5º A Defensoria Pública da União compreende:

I - órgãos de administração superior:

- a) a Defensoria Público-Geral da União;*
- b) a Subdefensoria Público-Geral da União;*
- c) o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;*
- d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União;*

II - órgãos de atuação:

a) as Defensorias Públicas da União nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios;

b) os Núcleos da Defensoria Pública da União;

III - órgãos de execução:

a) os Defensores Públicos Federais nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios.

Como visto, apesar de indivisível, raciona-se em três órgãos, com a finalidade de melhor organizar sua estrutura e serviços, sendo eles, os órgãos de administração superior, os órgãos de atuação e os órgãos de execução, conforme disposto na norma acima mencionada.

Para exercer a função de Defensor Público, por exigência legal, deve-se ser aprovado em concurso de provas e títulos, para então, iniciar como Defensor substituto. Dispensa-se aos Defensores Públicos, o mesmo tratamento dado aos magistrados, membros do Ministério Público e aos advogados, posto que entre eles não exista subordinação ou qualquer relação de hierarquia.

Os Defensores Públicos no uso de suas atribuições gozam de atribuições, prerrogativas, garantias, e, até mesmo, impedimentos, de modo que exerçam sua função de maneira adequada, célere e eficiente.¹

O Defensor Público e Acesso à Justiça

A atuação dos Defensores Públicos é, tradicionalmente, dividida em atividades típicas e atividades atípicas. Primeiramente, as atividades típicas dizem respeito à redação do art. 5º, LXXIV, da nossa Constituição Federal, que dispõe: **o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.**

As atividades atípicas, por sua vez, compreendem aquelas cujos usuários, não se enquadram, *a priori*, dentre os necessitados, pois dispõem de recursos financeiros para os custos de uma ação e dos honorários advocatícios.

A defesa do hipossuficiente econômico é a forma de atuação que deve ser priorizada pela instituição, considerando, principalmente, a escassez de recursos que ela possui em diversos estados

¹ *Defensoria Pública sob a ótica constitucional de instituição essencial à justiça. Karla Richelly Carvalho Santos* <http://jus.com.br/artigos/36436/defensoria-publica-sob-a-otica-constitucional-de-instituicao-essencial-a-justica#ixzz3jOsEKfZU>

da federação. Entretanto, esse enfoque deve ser o mínimo e não o limite institucional, pois, para uma visão mais apropriada do conceito de necessitado, devemos entender que a nossa carência atual engloba todos os tipos de deficiências que se tornem um óbice para o acesso do indivíduo à Justiça.

Assim, os Defensores Públicos devem pautar seu exercício com o intuito de garantir o acesso efetivo à justiça para todos aqueles que precisam de ajuda na concretização de seus direitos, uma vez que se encontram em situação de desvantagem dentro de uma relação jurídica. Assim, consideram-se também hipossuficientes, aqueles que naturalmente, já partem com alguma situação desvantajosa, a exemplo do idoso, da criança e do adolescente, da mulher vítima de discriminações ou de violência familiar, do consumidor, todos eivados de proteção especial por parte do Estado.

Temos também as atividades extrajudiciais, que dizem respeito à atuação dos Defensores na busca da efetivação dos direitos dos necessitados, de forma não contenciosa. E, por último, as atividades supraindividuais, que dizem respeito à tutela, por meio da via judicial, dos interesses difusos transindividuais ou coletivos.

Observamos a atuação extrajudicial, por exemplo, com a assistência judicial, a conciliação e a atuação da instituição em órgãos públicos administrativos e fiscalizadores. Verifica-se na atuação supraindividual, em todas as postulações dos Defensores Públicos, que envolvam direitos coletivos e transindividuais.

Características próprias da Defensoria Pública no sistema de Justiça;

A Constituição Federal evidencia as características próprias da defensoria e a diferença existente entre defensores e as demais carreiras jurídicas, em especial advogados, dizendo em seu Art.134 ser a Defensoria Pública “instituição essencial à função jurisdicional do Estado”, enquanto que no seu Art.133, diz ser o Advogado “indispensável à administração da justiça”, perfilhando assim a gênese das duas carreiras, que, por nascerem em berços completamente diversos, possuem contornos e matizes bastante peculiares, como se passará a destacar.

Os Defensores Públicos são remunerados pelo Estado, estão proibidos de receber honorários advocatícios, até mesmo porque, ao contrário dos Advogados, não advogam para seus clientes, mas sim “defensoram” para seus assistidos. A procuração dos Defensores Públicos é constitucional, não há necessidade de contrato de mandato, já os Advogados precisam de uma procuração privada, de um contrato de mandato firmado com seu cliente, que o remunera por tal ato.

Os Advogados se sujeitam ao Código de Ética e ao Estatuto da OAB (Lei 8906/04), enquanto que os Defensores Públicos estão sujeitos a órgão correicional próprio, a Corregedoria Geral da Defensoria Pública. Os Defensores possuem um regime jurídico diferenciado e pertencem ao gênero dos servidores públicos, sendo verdadeiros “agentes políticos” de transformação social, que visam o interesse público, ao contrário dos Advogados que, não sendo servidores públicos, visam interesses particulares, pois trabalham na iniciativa privada.

Possuem os Defensores Públicos legitimidade para proporem diversas ações coletivas, como a ação civil pública, para a proteção dos interesses de uma classe ou grupo de pessoas, tendo ainda importante atuação extrajudicial como função institucional, o que não é verificado em relação aos Advogados, que não possuem legitimidade para proporem referidas ações.

A Lei de Execução Penal, Lei 7.210/84, assim como faz em relação ao Ministério Público, expressamente traz a Defensoria Pública como órgão da execução penal, atribuindo-lhe, dentre outras, a função de visitar periodicamente os estabelecimentos penais, participando ainda dos Conselhos Penitenciários, com direito a voz e voto, o que não acontece com os Advogados.

A capacidade postulatória dos Defensores Públicos decorre exclusivamente da nomeação e posse no cargo de Defensor Público, não mais precisando estarem vinculados à OAB para exercerem suas atribuições.

Quanto às prerrogativas aplicadas às duas carreiras, deve ser considerado que os Defensores Públicos devem receber intimação dos atos processuais pessoalmente e a contagem de todos os prazos processuais é feita em dobro, isso sem mencionar a prerrogativa do poder de requisição, que é a possibilidade de requisitar de autoridade pública exames, certidões, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições. Para os Advogados a intimação é feita através de publicação dos atos processuais no diário oficial, seus prazos não são dobrados e não possuem, ainda, o poder de requisição.

Sistema ético dos Defensores Públicos decorrente dos meios e objetivos institucionais da Defensoria Pública.

Em conformidade com a Lei Complementar 80/94, são três os princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, os quais serão a seguir analisados.

O princípio da unidade (art. 3º da LC nº 80/1994) indica que a Defensoria Pública deve ser vista como instituição única, compondo seus membros um mesmo todo unitário.

Denota que a Defensoria Pública é uma instituição una, que forma um todo orgânico, de modo que cada Defensor Público no exercício da atividade-fim “presenta” a própria instituição.

O princípio da indivisibilidade (art. 3º da LC nº 80/1994) constitui verdadeiro corolário do princípio da unidade, formando com ele verdadeira relação de logicidade e dependência. Indica a existência de uma Instituição incindível, não podendo ser desagregada ou fracionada.

É a qualidade do que não se pode dividir. Ou seja, além de una, a Defensoria Pública é indivisível, podendo cada um de seus membros ser substituído por outro em casos de afastamentos legais sem solução de continuidade, de modo que não haja interrupção nem prejuízo ao serviço público prestado.

Os princípios da Unidade e Indivisibilidade só têm aplicação dentro de “cada ramo” da Defensoria Pública. Em outras palavras, não há Unidade e Indivisibilidade entre a Defensoria Pública da União e as Defensorias Públicas dos estados, não podendo o membro de uma substituir os membros de outra.

A independência funcional (art. 3º da LC nº 80/1994) garante ao Defensor Público a necessária autonomia de convicção no exercício de suas funções institucionais, evitando que interferências políticas ou fatores exógenos estranhos ao mérito da causa interfiram na adequada defesa da ordem jurídico democrática do país.

Significa que os Defensores Públicos podem atuar livremente no exercício de suas funções institucionais, rendendo obediência apenas à lei e à sua própria consciência, não devendo prestar contas quanto a sua atividade-fim a ninguém, inclusive à chefia institucional, não havendo que se falar em hierarquia funcional. Não pode o Defensor ser penalizado pelos atos probos praticados no estrito exercício de suas funções, mesmo que tal conduta contrarie orientação expedida pela chefia institucional da Defensoria Pública.

A Inamovibilidade, tida como garantia conferida aos membros da Defensoria Pública pelo art. 134, §1º da CF/88, segundo a qual o Defensor Público não pode ser removido de seu órgão de atuação para outro contra a sua vontade, salvo caso de remoção compulsória como penalidade disciplinar, embora ainda essa exceção não esteja a salvo de críticas.

Tal garantia vai além da possibilidade de remover o Defensor Público de seu órgão de atuação para outro contra a sua vontade, pois abrange também a vedação de alteração de suas atribuições de tal forma que haja um desvirtuamento de seu órgão de atuação.

O princípio do Defensor Público Natural tem previsão legislativa expressa na lei orgânica nacional da Defensoria Pública:

São objetivos da Defensoria Pública, disciplinados no art. 3 A, da Lei complementar 80/94:

I - a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;

II - a afirmação do Estado Democrático de Direito;

III - a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e

IV – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais

Como já é sabido a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil, sendo considerada um valor superlativo. Ou seja, esse princípio demonstra que pelo simples fato de existir no mundo, o indivíduo deve ser protegido como sujeito de direito, devendo ser amparado física, moral e psicologicamente.

A afirmação do Estado Democrático de Direito

A Defensoria Pública exerce o importante papel de fiscalizar o processo eleitoral, para que ele seja efetivado de maneira honesta livre, além de controlar a legalidade, moralidade e legitimidade da atuação dos representantes eleitos pela população. Isso ocorre para justamente garantir a participação do povo na elaboração de leis e no processo de administração do estado.

A prevalência e efetividade dos direitos humanos

A doutrina dos direitos humanos acaba por demonstrar a maior expressão da dignidade do indivíduo. Eis que a denominação “direitos humanos” advém do caráter fundamental para que o ser humano goze de uma vida digna, visando sua proteção integral como sujeitos de direito e, diante disso, elevando suas capacidades potenciais.

A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório

Está previsto no artigo 3º-A da Lei Complementar 80/1994 em seu inciso IV que é também objetivo da Defensoria Pública “a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório”